



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Economia

CAROLINA GONÇALVES LOPES WYATT

GANHADORES DE RUA: ESCRAVIDÃO EM RECIFE NO SÉCULO XIX

Brasília

2021

CAROLINA GONÇALVES LOPES WYATT

GANHADORES DE RUA: ESCRAVIDÃO EM RECIFE NO SÉCULO XIX

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador:

Prof. Dr. Flávio Rabelo Versiani

Brasília

2021

WYATT, Carolina G. L.

Ganhadores de rua: escravidão em Recife no século XIX / Carolina Gonçalves Lopes Wyatt – Brasília, DF, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Rabelo Versiani

Monografia. Universidade de Brasília. Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas. 2º Semestre de 2021

1. Escravos de Ganho. 2. História Econômica. 3. Economia Brasileira.

I. Orientador: Prof. Dr. Flávio Rabelo Versiani. II. Universidade de Brasília. III. Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas. IV. Ganhadores de rua: escravidão em Recife no século XIX.

CAROLINA GONÇALVES LOPES WYATT

GANHADORES DE RUA: ESCRAVIDÃO EM RECIFE NO SÉCULO XIX

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas. Aprovada pela banca examinadora a seguir.

Brasília, ____ de _____ de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flávio Rabelo Versiani
(Orientador)

Prof. Dr. Luiz Paulo Ferreira Noguezól
(Convidado)

(Convidado)

*Aos meus pais, que não mediram esforços
para que eu chegasse até aqui.*

AGRADECIMENTOS

A Universidade de Brasília, seu corpo docente e direção, que oportunizaram a experiência de graduar em uma das melhores instituições de ensino superior do país. Todos aqui presentes são responsáveis pelo ambiente amistoso e plural, tornando as tantas diferentes histórias parte da mesma força em busca do crescimento e qualificação individual.

Estimado professor doutor Flávio Versiani, é com muita admiração que agradeço a orientação e suporte na elaboração deste trabalho. Foi uma grande oportunidade ter acesso a pesquisa e ao conhecimento de uma autoridade no assunto estudado.

Caro professor doutor Luiz Paulo Nogueiról, meus mais sinceros agradecimentos pelo cuidado, atenção e apoio para a finalização deste trabalho. Foi uma honra contar com sua participação tão ativa na banca.

Agradeço a todos os professores que me acompanharam ao longo do curso e que, com muito empenho e dedicação, compartilharam aprendizados que desenvolveram minha formação pessoal e profissional.

Sou eternamente grata a minha família. Aos meus pais, Solange e Luiz Augusto Wyatt, e ao meu irmão, Victor Wyatt, meus mais sinceros agradecimentos. Eles são meu apoio, minha arma e meu escudo. E aos meus cachorros, *Zonpa* e *Ba Lu*, que são meus fiéis companheiros. Gratidão pela imensurável sorte em ter os cinco em minha vida.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada. Com certeza a combinação de trocas com todos os meus professores, chefes, parentes, amigos e colegas, formaram a pessoa que me tornei hoje e me fortaleceram para concluir esta graduação.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo o estudo de uma modalidade de escravidão urbana, que foi explorada majoritariamente na América do Sul. Os conhecidos como “escravos de ganho”, foram muito presentes nas grandes cidades do Brasil nos séculos XVIII e XIX. Eles preencheram as lacunas de mão de obra e, portanto, tiveram grande importância no crescimento urbano desses centros comerciais.

Foi definido como ponto focal da pesquisa a cidade de Recife. Assim, além de apresentar quem foram esses escravos, foi importante discorrer sobre a evolução histórica da região em destaque. E, em busca de embasamento a teoria exposta, foi utilizado dados coletados desta região no período estipulado, possibilitando a análise quantitativa sobre o tema.

Palavras-chave: Escravidão. História Econômica. Escravidão em Recife no Século XIX. Economia Brasileira. Escravidão Urbana. Escravos de Ganho.

ABSTRACT

The present work aims to study a modality of urban slavery, which was explored mostly in South America. The known as “money-earning slaves” were very present in the big cities of Brazil in the 18th and 19th centuries. They filled up the labor gaps and therefore played a major role in the urban growth of these commercial centers.

The city of Recife was defined as the focal point of the research. Thus, in addition to presenting who these slaves were, it was important to discuss the historical evolution of the highlighted region. And, to support the exposed theory, a data collected from this region in the stipulated period was used, enabling a quantitative analysis of the subject.

Keywords: Slavery. Economic History. Slavery in Recife in the 19th century. Brazilian economy. Urban Slavery. Money-earning Slaves.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 OS GANHADORES DE RUA	15
2.1 Quem?	15
2.2 Tipos de Atividades.....	18
2.3 Ganho <i>versus</i> Aluguel	22
2.4 Licenças.....	23
3 A CIDADE E A ESCRAVIDÃO.....	24
4 DADOS DE PERNAMBUCO	29
5 CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - Escrava de ganho vendendo caju.....	18
Figura 2 - Escravos curandeiros.....	20
Figura 3 - Máscara que usavam os escravos “tigres”.....	20
Figura 4 - Lavadeiras.....	21
Figura 5 - Macrorregiões pernambucanas no século XIX.....	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Categorias produtivas da população escrava de Pernambuco, 1800 - 1888.....	31
Tabela 2 – Países correspondentes aos grupos étnicos dos escravos em Recife, 1800 - 1888.....	39
Tabela 3 – Comparativo por região de média do número de escravos por plantel, 1800 - 1888.....	41
Tabela 4 – Comparativo por atividade da média do número de escravos por plantel em Recife, 1800 - 1888.....	42
Tabela 5 – Comparativo das quantidades de escravos por plantel entre os proprietários de escravos de ganho e os proprietários de todas as modalidades de escravos em Recife, 1800 - 1888.....	43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição espacial da população escrava de Pernambuco, 1800 - 1888	30
Gráfico 2 – Distribuição das atividades produtivas da população escrava de Pernambuco, 1800 - 1888....	32
Gráfico 3 – Distribuição das atividades produtivas na cidade de Recife por períodos, 1800 - 1888	33
Gráfico 4 – Distribuição de gênero dos escravos de ganho em Recife, 1800 - 1888	34
Gráfico 5 – Média de preço dos escravos de ganho por gênero e período em Recife, 1800 - 1888	35
Gráfico 6 – Distribuição do preço por gênero e idade dos escravos de ganho em Recife, 1800-1849	37
Gráfico 7 – Distribuição do preço por gênero e idade dos escravos de ganho em Recife, 1850-1888	37
Gráfico 8 – Distribuição da nacionalidade dos escravos de ganho em comparação com a de todos os escravos em Recife, 1800 - 1888	38
Gráfico 9 – Distribuição dos grupos étnicos dos escravos de ganho em Recife, 1800 - 1888.....	39
Gráfico 10 – Distribuição de países de origem dos escravos de ganho em Recife, 1800 - 1888	40
Gráfico 11 – Comparação étnica da população total de escravos com os de ganho, 1800 - 1888.....	40

1 INTRODUÇÃO

A escravidão é amplamente estudada pelos brasileiros desde as escolas até a Academia. O tema é predominantemente retratado como o uso da mão de obra forçada africana em ambiente rural. De fato, esse modelo de trabalho foi largamente explorado nos campos brasileiros em tempos coloniais e, por isso, moldou a estrutura socioeconômica do país.

A história do Brasil é estritamente interligada a escravidão devido a ocupação portuguesa, que o transformou em uma de suas colônias desde o início de 1500 até o começo do século XIX. Nesse período, houve diferentes formas de proveito do solo brasileiro, como a exploração da cana-de-açúcar, do café e do ouro. Essas intensas atividades econômicas requeriam numerosa quantidade de mão de obra. Assim, como solução acessível, foi implementado o trabalho compulsório por meio do tráfico de homens e mulheres advindos da África. A importação do contingente humano para serviços escravos barateou o custo de produção e possibilitou o avanço da exploração dos recursos naturais brasileiros.

Inicialmente, os escravos eram diretamente encaminhados para as zonas rurais, a fim de atender a demanda dos latifúndios monocultores. Segundo Buarque de Holanda (2014), a estrutura do Brasil colonial teve sua base fora dos centros urbanos, ou seja, os portugueses instituíram uma civilização de raízes agrárias no país. Entretanto, apesar da predominância rural em termos de trabalho escravo, o alcance desta mão de obra ultrapassava os limites dos engenhos de açúcar e estava presente em todos os tipos de atividades produtivas existentes na Colônia.

Além destes cativos preencherem toda a necessidade de mão de obra no campo, eles tiveram um papel fundamental no processo de urbanização das cidades brasileiras. Os trabalhadores escravos e os negros alforriados eram imprescindíveis para a formação de capital humano em meio urbano, pois eles ocupavam os lugares criados pelas necessidades especiais da vida na cidade, as quais aumentavam a esfera das atividades econômicas (FERNANDES, 1972).

Os centros urbanos funcionavam como sedes administrativas e entrepostos comerciais (ALGRANTI, 1988). Assim, demandavam recursos humanos para a realização dos afazeres vinculados à cidade. Como dependiam do trabalho escravo para a produção de bens de consumo e para prestação de serviços, é possível entender que a evolução urbana do Brasil colonial também foi promovida pela exploração da mão de obra escrava.

A temática do desenvolvimento econômico e social do país a partir do estudo da escravidão urbana evidencia alguns sistemas de trabalhos que se desenvolveram unicamente nas cidades. Desse modo, a modalidade de ganho é um tipo de trabalho escravo exclusivo do meio urbano a qual desafia os preceitos do relacionamento objetificado da escravidão rural.

Os ganhadores de rua vendiam sua força de trabalho ou seus produtos para terceiros e pagavam uma tarifa previamente acordada aos seus senhores. Assim, enquanto cumprissem com sua responsabilidade financeira, não precisariam viver sob a constante vigilância dos senhores, nem dar satisfação de como ou quando conseguiram o dinheiro. Ademais, Silva (1988) afirma que o excedente de produção pertencia ao escravo, que tinha o poder de usá-lo da maneira que melhor lhe interessasse.

“Os escravos de ganho, que executavam, para terceiros, tarefas remuneradas, em geral nas cidades, tinham o incentivo de se apropriarem do produto de sua atividade que excedesse certa quantia pré-estabelecida, a qual tinham obrigação de entregar a seu senhor, periodicamente.” (VERSIANI; NOGUERÓL, 2016, p. 41)

Assim, é possível perceber que esta dinâmica se assemelhava em alguns pontos com a relação de trabalho livre. Por isso, representou uma ruptura na estrutura de trabalho escravocrata e possibilitou maior liberdade para os cativos. A autora adiciona que “coloca-se a questão do que representaria esse ganho? Conjecturamos que no sistema de ganho – específico do ambiente urbano introduziram-se algumas relações não escravistas de produção” (SILVA, 1988, p. 17).

Além disso, a vida na cidade inseria os escravos na sociedade, dando mais visibilidade e acesso à informação para o grupo que antes era bastante excluído.

Um pouco mais do que o campo, os centros urbanos ofereceram à escravaria espaços privilegiados de sociabilidade. Transitando em vários territórios, seja nas casas, nas ruas ou nas igrejas, ou mesmo exercendo misteres diversos, os homens e as mulheres de cor puderam interagir e criar meios para se organizar em busca de inserção social. (CABRAL, 2012, p. 89)

Entretanto, Silva (1988, p. 20) afirma que “se por um lado os escravos nas cidades podiam ser melhor informados, tendiam a perder algumas de suas características de grupo”. É evidente que essas mudanças na relação senhor-escravo afetava o senso de revolta contra o sistema escravista dos ganhadores de rua. A autonomia a eles confiada os possibilitava sentir mais como trabalhadores e menos como propriedade.

Ademais, fora a mudança de postura destes cativos, a atuação da escravidão de ganho era de fato bastante abrangente. Assim, além da enorme variedade de serviços prestados, os ganhadores desenvolveram diversas modalidades de comércio informais ambulantes e fixos.

E, por isso, alguns autores discutem a possível relação da grande quantidade de atividades que esses cativos exerciam com a existência de uma cultura de desprezo a serviços manuais pela camada social de cidadãos livres. Sendo, portanto, mal vistos pela sociedade os homens e mulheres brancos que exercessem trabalhos que eram considerados de escravos.

Partindo destes pressupostos, o trabalho foi dividido em três etapas. A primeira define de maneira geral quem foram esses escravos. Por se tratar de uma modalidade que surgiu em meio urbano, há várias particularidades quando comparado ao escravo rural. Assim, foi importante discorrer tanto sobre as características que definiam estes cativos, como as principais atividades que exerciam nas cidades. Além disso, foi possível apontar algumas vantagens da modalidade em relação a outros tipos de trabalho escravo e explicar como funcionavam as licenças para a execução legal das atividades.

A segunda parte trata das características do centro urbano em destaque e sua transformação demográfica ao longo dos anos para que propiciasse a vasta utilização da modalidade de ganho na região. Devido à maioria da bibliografia existente sobre escravidão urbana ter como foco a cidade do Rio de Janeiro e a fim de agregar as pesquisas ainda pouco exploradas, este trabalho foi direcionado à cidade de Recife, que era um grande centro comercial da região nordeste nos tempos coloniais. A evolução histórica e geográfica da cidade explica o aumento da necessidade de mão de obra urbana ao decorrer dos séculos. Por isso, externar os pontos principais da história da cidade viabilizou a melhor interpretação dos elementos posteriormente apresentados.

Assim, na terceira parte, após elucidar a teoria por trás do tema, são finalmente expostos os dados que complementam a análise. O presente trabalho contou com uma das bases de dados utilizadas para a produção do livro “Muitos escravos, muitos senhores”. A obra de Versiani e Noguieról (2016) focou sua pesquisa da escravidão nas regiões de Pernambuco, Sergipe, Maranhão e Rio Grande do Sul.

Os dados utilizados foram coletados pelo docente do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco, o professor doutor José Raimundo Oliveira Vergolino. A

base foi construída através de inventários *post-mortem* de escravos em toda a província de Pernambuco no século XIX.

Dessa forma, foi possível realizar o estudo dos dados coletados e complementar o trabalho com a análise quantitativa da escravidão de ganho em Recife no século XIX. Além disso, foi possível comparar os ganhadores de rua da região e do período citado com toda a população de cativos da amostra e perceber as diferenças dentre os grupos que exerciam atividades distintas.

Conclui-se então que a monografia tem o intuito de complementar o trabalho já realizado pelos pesquisadores acerca da escravidão, analisando e aprofundando os estudos no caso dos escravos de ganho em Recife de 1800.

Portanto, é esperado que o seguinte trabalho permita esclarecer o tema que ainda é pouco difundido na literatura. E, além disso, o corte temporal e espacial definido distingui a região escolhida com a exposição e definição de suas particularidades em concomitância com a atividade foco do estudo.

2 OS GANHADORES DE RUA

2.1 Quem?

É fato que a disparidade do preço entre trabalhadores livres e escravos propiciou a adoção em massa da mão de obra forçada nos tempos coloniais brasileiros. Inicialmente trazida para fins rurais, a presença dos cativos “expandiu-se com facilidade até atingir os centros urbanos, onde o escravismo acabou por dominar as relações de produção, constituindo-se na estrutura fundamental dessas sociedades” (Algranti, 1988, p. 25).

Como exposto anteriormente, a economia do Brasil Colônia prosperou devido a exploração de commodities para exportação. Portanto, as cidades como entrepostos comerciais das atividades produtivas agrárias do país foram positivamente afetadas pelo desenvolvimento proporcionado pelo setor rural. Por isso, acumularam riquezas que estimularam sua evolução comercial, o que incitou o aumento da demanda por trabalhadores em vários setores da economia.

Além do fator financeiro, haviam preceitos morais que apoiavam o crescimento da atuação escrava na sociedade da época. Os senhores de engenho incentivavam que qualquer

trabalho manual fosse feito apenas por escravos. Por isso, até os brancos mais pobres compartilhavam do desprezo por esse tipo de atividade.

A cultura instaurada de repulsa a estes tipos de ofício provocou consequências positivas para os proprietários de escravos, pois possibilitou a criação de novas categorias de exploração da atividade. As novas modalidades de trabalho forçado surgiram como alternativas de investimento aos possuidores de cativos. Estes exploravam os serviços daqueles que os pertenciam e ainda criaram formas de exploração em cima da posse do escravo. Havia dois principais tipos de exploração predominantemente urbanas que se difundiram pelo país nos últimos séculos do sistema escravista: os escravos de aluguel e os de ganho.

Os conhecidos como escravos de aluguel representavam uma categoria distinta onde os proprietários destes cativos os alugavam para terceiros, para realização de uma determinada atividade ou para a utilização em períodos específicos.

Já os ganhadores de rua (ou escravos de ganho) eram cativos que exerciam uma espécie de autoaluguel (LUNA; KLEIN, 2010). Eles eram mandados às ruas pelos seus senhores a fim de executar as tarefas acordadas e pagar aos seus proprietários uma tarifa previamente estipulada diária ou semanal (SOARES, 1988).

A categoria de ganho foi um “arranjo institucional peculiar do escravismo brasileiro e de algumas outras sociedades escravistas latino-americanas” (VERSIANI; NOGUERÓL, 2016, p. 303) e se desenvolveu junto ao progresso das grandes cidades brasileiras a partir do final do século XVIII. Houve nestes centros a necessidade do preenchimento de diversos pontos de trabalhos que surgiram em meio urbano, advindos especialmente do novo estilo de vida das pessoas que lá viviam. De certo modo, a modalidade de ganho foi uma mutação da forma de trabalho escravista para melhor adaptação a realidade das cidades.

A singularidade da escravidão de ganho se dava pelo fato da mudança na finalidade produtiva de possuir o escravo. Os ganhadores trabalhavam nas ruas com o objetivo de retornarem com uma quantia de dinheiro previamente estipulada para os seus senhores. Assim, o propósito do escravo não era o trabalho que realizava, mas sim o lucro que obtinha com ele e consequentemente a renda que gerava para seus senhores.

O escravo de ganho possuía uma obrigação financeira para com seu proprietário, logo não era um trabalhador livre. Porém, se distingue dentre os demais cativos pelo fato de deter o direito de uma recompensa por seu ofício.

A introdução do pagamento na dinâmica do trabalho escravo pode ser considerada uma mutação estrutural no regime escravocrata. Essa flexibilização abriu margem para uma certa autonomia monetária desta população, visto que se conseguissem cumprir com o que foi determinado pelos seus senhores, os escravos de ganho ficavam com parte do excedente de seu trabalho. Portanto, o acesso legal ao dinheiro garantia aos ganhadores de rua maior liberdade e mobilidade quando comparado com as outras modalidades de escravos.

Por isso, foi comum entre este tipo de escravo a prática de poupar o excedente gerado pelo trabalho para formar um pecúlio – uma poupança. Esse montante era guardado por muitos ganhadores com algum propósito futuro. Assim, poderia ser usado para aumentar seus negócios e para financiar pequenos luxos, como uma outra forma de moradia.

Os escravos que arrecadavam uma quantia excedente de sua atividade de trabalho grande o suficiente para arcar com os custos totais de sua manutenção muitas vezes não moravam nas casas de seus senhores. Estes preferiam viver em situações domiciliares mais simples, porém independentes.

Por isso, geralmente alugavam quartos em casas conhecidas como cortiços. Essas moradias se popularizaram no século XIX e abrigavam a camada mais humilde da sociedade urbana, tanto os trabalhadores livres e pobres, quanto os escravos que possuíam fonte de renda suficiente.

Além disso, os cativos de ganho poderiam usar o pecúlio para a compra de sua própria alforria. Entretanto, é evidente que não era tão simples obter a liberdade. A organização da época exigia uma quantia estipulada a ser paga juntamente com a autorização do proprietário para a concessão da alforria. Ou seja, mesmo aqueles escravos que conseguiam juntar dinheiro o bastante para o pagamento, ainda precisariam da permissão de seus senhores.

Ademais, a regulamentação pública abarcava tanto os processos de alforria, como as autorizações para a atuação legal dos ganhadores em meio as cidades. Era exigido da modalidade de trabalho uma licença fornecida pela Câmara de Vereadores do município. Uma forma de regulamentação deste serviço, a fim de deter o mínimo de controle sob os cativos, que exerciam atividades tão diversas em ambiente urbano.

2.2 Tipos de Atividades

A notória pluralidade de ofícios a qual era responsabilidade dos escravos de ganho traduzia a sólida adoção deste tipo de exploração. Devido sua ampla presença na sociedade, os ganhadores atuavam para diferentes tipos de consumidores de produtos e serviços. Estes trabalhadores exerciam desde funções mais simples, como: vendedores ambulantes de produtos, compradores, transportadores de recados ou de lixo, carregadores etc. Até funções de mão de obra qualificada, que eram similares a uma profissão, tal como: costureiros, lavadores e passadores de roupas, pescadores, pedreiros, pintores, cabeleireiros e barbeiros etc.

Com base na literatura existente é evidente que a grande maioria dos escravos de ganho eram vendedores. Estes homens e mulheres comercializavam diversos itens entre alimentos, objetos de uso doméstico, aves, vestuário, joias etc. Além disso, poderiam escolher um ponto fixo para vender ou optarem pela venda ambulante, percorrendo as ruas das cidades para expor suas mercadorias.

Ademais, muitos das iguarias vendidas pelos cativos eram originárias de produções rurais. Assim, vendiam comidas cultivadas ou animais criados nas fazendas de seus senhores e de outros produtores locais. Essa prática foi extremamente comum no último século do Brasil escravocrata, para facilitar o acesso de mantimentos aos cidadãos. Os ganhadores de rua que vendiam alimentos eram chamados de quitandeiros - eles exibiam suas mercadorias em grandes cestas ou até expunham em pequenas lojas.

Figura 1 - Escrava de ganho vendendo caju



Fonte: Jean-Baptiste Debret, 1827

Paralelo a isso, existiam também os escravos de ganho que assumiram a função de carregadores. Essa atividade representava uma grande porcentagem do grupo. Eram em sua grande maioria homens fortes, que trabalhavam descarregando mercadorias dos navios em portos, transportando bagagens, objetos variados e até mesmo pessoas. A demanda de transporte de pessoas aumentava em dias chuvosos com o objetivo de evitar a água das ruas. É interessante apontar que naquela época já existiam transportes sob rodas e a domesticação de animais para este tipo de serviço. Entretanto, mesmo podendo optar por andar em carroças e carregar seus próprios objetos leves, a população preferia a utilização dos serviços desses escravos. Assim, Genestra (2011) aponta que a predileção pode ser explicada devido aos costumes da época, que tendenciavam a optar pela mão de obra cativa sempre que possível.

Ademais, esse tipo de escravidão também foi muito presente no trabalho naval. Os ganhadores atuavam nas mais diversas atividades da área, como remadores, barqueiros, marinheiros, pilotos etc. E, mesmo entregando grande parte do lucro gerado para seus senhores, alguns deles até conseguiam dispor de sua própria embarcação.

É evidente que precisavam de criatividade para aumentar o faturamento de seu trabalho, para que torne viável a poupança do excedente. Como forma de impulsionar seus ganhos, parte destes cativos costumavam a desembarcar com o que conseguiam pescar no serviço para vender em mercados de frutos do mar das cidades.

A caça de animais foi outra atividade relevante realizada por essa categoria de escravos. Alguns deles caçavam para vender a carne para consumo de terceiros, porém outros vendiam suas presas para pesquisadores da história natural, que eram em sua maioria viajantes estrangeiros. Esses estudiosos eram chamados de naturalistas e faziam expedições com o intuito de ampliar o conhecimento científico da época. O trabalho dos ganhadores possibilitou o acesso dos cientistas aos animais, por isso foi muito importante para o avanço das pesquisas.

Outras atividades que se destacaram entre os escravos de ganho foram as de “médicos” e curandeiros. Aqueles cativos que possuíam algum conhecimento sobre a medicina da época assumiam a função de atender as queixas dos pacientes mais humildes. A população livre e pobre e os escravos, em geral, não tinham acesso à assistência médica, por isso recorriam a estes cativos para tentar solucionar seus problemas de saúde. Estes ganhadores faziam aplicações de sanguessugas, extraíam dentes, faziam remédios feitos de ervas, indicavam amuletos e faziam rezas para curar doenças e espantar mau-olhado etc.

Figura 2 - Escravos curandeiros



Fonte: Jean-Baptiste Debret, século XIX

Além disso, existiam também os “tigres”, que exerciam a atividade considerada mais degradante pelos escravos de ganho. Eram cativos pagos para transportar recipientes com dejetos recolhidos das casas dos senhores para despejar em praias, valas ou lugares afastados. Como as cidades brasileiras não contavam com rede de esgoto até a década de 1860, algumas famílias recorriam de seus próprios escravos, e outras aos escravos de ganho para completar esse serviço (GENESTRA, 2011). A explicação mais coerente do porquê da adoção do apelido afirma que se deu ao fato destes escravos apresentarem listras brancas nas costas resultantes do líquido que escorria dos recipientes transportados devido à presença amônia e ureia no conteúdo.

Figura 3 - Máscara que usavam os escravos “tigres”



Fonte: Jean-Baptiste Debret, 1820-1830

Além das atividades e trabalhos tradicionais, os proprietários de escravos encontraram formas de explorar até os doentes, inválidos e idosos. Este grupo era muitas vezes obrigado a mendigar pelas ruas e repassar uma quantia para seus senhores.

Enquanto isso, a maioria das mulheres escravas cumpriam papéis diferentes daqueles exercidos por homens escravos. Uma das atividades de destaque entre as ganhadoras de rua era a função de lavar e passar as roupas. A limpeza das roupas era usualmente feita em fontes e rios da cidade, como retrata a figura a seguir.

Figura 4 - Lavadeiras



Fonte: Jean-Baptiste Debret, 1768-1848

Ademais, os trabalhos domésticos eram quase que em sua totalidade realizados por mulheres. As escravas de ganho exerciam as atividades relacionadas à preparação de comida, eram babás, amas-de-leite, mucamas etc.

Por fim, existiam as escravas que eram prostituídas. Os senhores geralmente selecionavam as mulheres mais novas e atraentes para esse serviço. A atividade era ilegal segundo as regras da Coroa, mas bastante lucrativa. É comum encontrar na bibliografia, como mostra o livro da Marilene Rosa (1988), recortes de divulgação dos serviços de prostituição destas escravas em jornais locais da época, o que evidencia a falta de fiscalização e de interesse em garantir o cumprimento da lei.

2.3 Ganho *versus* Aluguel

É comumente visto na literatura uma certa confusão entre essas duas modalidades de exploração da mão de obra escrava. O aluguel e o ganho foram implementados como alternativas de investimento para adquirir rendimentos da propriedade de escravos. E, a utilização destas modalidades se intensificou com o aumento da atividade comercial urbana e o desenvolvimento das cidades. Entretanto, há diferenças intrínsecas a sua formação.

O serviço de aluguel consistia em proprietários de escravos que alugavam seus cativos para outras pessoas por uma quantia estabelecida, a fim de realizar os serviços negociados entre o locatário e o locador, transferindo temporariamente a propriedade e a responsabilidade de cuidar desse escravo para o locatário.

A atividade de locação de escravos foi altamente rentável. Assim, posteriormente, o costume evoluiu para composição de um tipo de negócio: desencadeou a criação de estabelecimentos especializados na comercialização de escravos.

Esta atividade supria a demanda das pessoas ricas que precisariam apenas temporariamente dos serviços de escravos, de estrangeiros, de pequenos empresários que não possuíam dinheiro suficiente para comprar esses escravos, e até de pessoas mais pobres para realização de trabalhos manuais pontuais.

Além disso, o trabalho feito pelos escravos nos serviços em que eram alugados os capacitava, sem que fosse gerado um custo adicional por esse conhecimento adquirido. Por isso, a prática de aluguel era atrativa.

Segundo Versiani e Noguero (2016), uma quantidade expressiva de pessoas que realizavam o aluguel de seus escravos eram mulheres e, possivelmente, viúvas. Assim, é concebível interpretar que a modalidade era muitas vezes utilizada para aproveitar o excedente de mão de obra ociosa.

Por conseguinte, o aluguel de escravos não permitia a participação dos cativos no lucro produzidos por seus senhores. As negociações de aluguel consideravam o escravo como propriedade, sem qualquer direito sobre os rendimentos de seu trabalho.

Em contrapartida, como citado anteriormente, é possível diferenciar as duas modalidades conceituando que os escravos de ganho representavam uma espécie de autoaluguel. Os senhores alugavam seus cativos para um trabalho e não para outros senhores. Portanto, estes possuíam

autonomia para combinar as condições do próprio aluguel, sob a premissa de que eles próprios, e não os locatários, pagassem o aluguel aos seus senhores.

O sistema de ganho mudou a dicotomia de trabalho na época. Fez com que os senhores investissem na capacitação e especialização dos cativos para ampliar sua capacidade técnica. Além disso, definiu um ambiente propício a dissolução do sistema escravista de trabalho em meio urbano, estabelecendo uma dinâmica parecida com relações livres de trabalhos assalariados.

2.4 Licenças

Para exercer a função de ganho, o poder público exigia uma carta de licença para prestação destes serviços. Os ganhadores de rua eram geralmente licenciados pela Câmara Municipal, assim eram reconhecidos legalmente como donos do próprio pecúlio desde que pagassem seu aluguel e os custos de sua manutenção. Em Salvador a lei de registro foi aprovada em 1835, e no Rio de Janeiro em 1838 (LUNA; KLEIN, 2010).

A licença pela Câmara era de caráter anual e custava em torno de 1 mil-réis por cativo de ganho de rua. Feito o licenciamento, a instituição entregava chapas numeradas com a data de sua concessão. Aqueles cativos que não portassem sua respectiva chapa poderiam ser detidos e ter suas mercadorias e seus instrumentos de trabalho apreendidos.

A documentação com o pedido de licença era enviada pelos seus senhores. Entretanto, o processo apresentava uma série de lacunas, pois não englobavam todos os tipos de atividades de ganho, dificultando o registro correto de seu trabalho (SOARES, 1988). Além disso, por falta de organização administrativa muitos pedidos se perdiam com o tempo (SOARES, 1988).

Segundo Soares (1988), após 1850, houve uma abrupta redução do número de escravos nas zonas urbanas. O autor aponta que fica evidente a mudança de perfil dos proprietários de ganhadores após esse período quando foi analisado os pedidos encaminhados à Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Estes sugerem que o poder aquisitivo médio dos senhores diminuiu nos anos posteriores.

Este trabalho expõe o possível motivo dessa mudança de cenário quando analisa a evolução histórica da cidade, que evidencia a dependência financeira da camada menos abastada pela renda gerada com o sistema de ganho.

3 A CIDADE E A ESCRAVIDÃO

Aos estudiosos da escravidão urbana é importante compreender as origens e transformações sofridas pelo espaço no qual estão inseridos. A compreensão do escravismo característico da região pernambucana, assim como seu histórico de metamorfoses ao decorrer dos séculos, permite a melhor percepção da dimensão e amplitude do sistema na província.

A costa da região nordeste brasileira foi a primeira a ter contato com os europeus no período colonial, por isso foi geograficamente conveniente a crescente exploração da região. As principais capitanias nordestinas foram bastante prósperas na economia açucareira desde o início, atraindo então um alto número de contingente humano africano para os trabalhos em lavouras da região em meados do século XVI em diante.

Como explana Marilene da Silva (1988), o tráfico de escravos foi a opção de mão de obra mais econômica que possibilitou a exploração das lavouras de cana para exportação. A escravidão que foi inicialmente introduzida no litoral nordestino espalhou-se rapidamente pelo país nas mais diversas esferas da vida rural e urbana (ALGRANTI, 1988).

O Rio de Janeiro, juntamente com Pernambuco, Maranhão e Bahia, era um dos focos de penetração de grupos africanos. As necessidades variavam, porém a mão-de-obra durante quase três séculos e meio era a mesma. Era o negro lavrador, minerador, doméstico, boiadeiro. (SILVA, 1988, p. 53)

No começo do século XVII, a Bahia era sede do Governo Geral do Brasil e Pernambuco era o maior centro açucareiro da colônia. A grande importância das duas capitanias somada a um período de instabilidade da Coroa portuguesa chamou a atenção dos holandeses, que invadiram os territórios a fim de conquistar espaço na nova colônia.

Foi consolidada em 1637 a ocupação do Nordeste sob a administração de Nassau. Com isso a Companhia das Índias Ocidentais alcançou sua extensão máxima (CABRAL; COSTA, 2012). Somada as conquistas de outros portos africanos, os holandeses sucederam em expandir sua capacidade produtiva e seu potencial comercial.

Embora a ocupação tenha sido naturalmente por interesses comerciais, os holandeses não deixaram de implementar preceitos civilizatórios, sendo assim, a ocupação gerida por Nassau desenvolveu toda a região pernambucana. A cidade de Recife, que era o centro administrativo da capitania, através de uma comitiva de profissionais trazidos da Europa, foi urbanizada, saneada, pavimentada e implementadas diversas obras de benfeitorias públicas. Ademais, até o final do

governo do Conde holandês em 1644, foram construídas pontes, teatros, hospitais, asilos, estradas, bibliotecas, museus etc. O viés progressista dos holandeses transformou Recife em uma cidade desenvolvida para a época, contrastando com a grande pobreza das outras cidades brasileiras ocupadas por portugueses (COSTA, 2016).

Alguns anos depois a ocupação holandesa chegou ao fim e a produção de açúcar foi afetada pela descoberta do ouro em Minas Gerais. Em decorrência da excitação da época a capital da colônia foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763.

Por outro lado, entre os séculos XVIII e XIX, o algodão era produto de desejo dos ingleses por ser o motor de sua Revolução Industrial. Então, foi firmado consórcio no negócio de algodão entre Portugal e Inglaterra, estimulando a produção de algodão na colônia e motivando o aumento na arrecadação de imposto.

Houve então uma insatisfação geral da população com os aumentos constantes da interferência do Estado. Por isso, o último século de colonização foi marcado por diversas revoltas reivindicando a liberação do Brasil sobre o domínio dos portugueses.

“Em Pernambuco, esses movimentos apareciam em vários quadros da sociedade local: nos setores dominantes ligados à propriedade da terra, no artesanato e na escravaria, cuja inquietação se acentuaria nas primeiras décadas do Oitocentos” (CABRAL, 2012, p. 89).

Entretanto, segundo Cabral (2012), as rebeliões escravas eram sobretudo em busca de visibilidade, inventando mecanismos de sociabilidade para sobreviver. Ademais, o autor afirma que aqueles que viviam em centros urbanos eram privilegiados em detrimento dos que viviam em áreas rurais, pois o acesso a espaços comuns da cidade possibilitava maior inserção social.

Assim, a luta cativa não tinha como objetivo principal a ruptura do domínio português. Inclusive, a instituição da independência do Brasil não favoreceu a classe escrava. Segundo Marilene da Silva (1988, p. 52), “a Independência não se fez acompanhar de transformações nas estruturas econômica e social. Mantêm-se e amplia-se a escravidão”.

Dessa forma, é possível entender as reivindicações do começo dos Oitocentos como um movimento descolonizador, mas não abolicionista (CABRAL, 2012). E, portanto, favorecia os interesses dos grandes proprietários, que muitas vezes eram contra a escravidão, mas não acreditavam na possibilidade de eliminá-la (CABRAL, 2012).

Entretanto, devido à propensão nata de Recife às atividades comerciais desde sua fundação, o crescimento e progresso da cidade ao decorrer dos séculos foi expressivo. Neste

cenário, possibilitou a ascensão de diversas camadas sociais, desde o comerciante português até os escravos de ganho (CABRAL, 2012).

As cidades mais populosas do Brasil escravagista exalavam um certo “cheiro de liberdade” (SILVA, 1996). Muitas vezes servindo de esconderijo para fugas ou de oportunidade para escravos que procuravam melhores condições de vida. Segundo Wellington da Silva (1996), o ambiente urbano propiciava maior autonomia de movimentos para os cativos.

(...) às formas típicas da escravidão nas cidades, o escravo passava grande parte do seu tempo longe das vistas do senhor, trabalhando pelas ruas, docas e lojas; usufruía desse modo de uma liberdade de movimento, possivelmente bem maior do que o escravo de campo. (ALGRANTI, 1988)

Porém, segundo Katia Mattoso (1982), há uma certa dificuldade em definir os limites da cidade e do campo no período escravista.

(...) nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, cidade e campo são, no Brasil, estreitamente inter-relacionados. No espaço, seus limites imprecisos, economicamente vivem em estreita simbiose. Seus habitantes não hesitam em deslocar-se de um para outro num contínuo vaivém de cavalos, mulas, palanquins e pedestres. As cidades são pomares, hortas, campos urbanizados. (MATTOSO, 1982, p. 13)

Entretanto, apesar do estreito relacionamento do campo com a cidade, Silva (1996) pontua que os escravos que trabalhavam em áreas rurais conseguiam discernir o “cheiro” de liberdade recifense. A cidade apresentava muitas oportunidades de trabalho, tanto em meio urbano, como em arredores antes não explorados.

A partir da segunda metade do século XVIII, começaram a surgir sítios e chácaras nas matas do subúrbio da cidade. Nessa época, a ocupação do sertão já estava consolidada pelos alagoanos e as criações de gado, e os engenhos de açúcar tomavam toda a costa pernambucana (SILVA, 1996).

Ainda, entre o final do século anterior e a primeira metade do século XIX, houve o que chamaram de “várzea do Capibaribe”, que consistia na venda de algumas faixas de terra às margens do rio pelos proprietários de engenhos, retalhando os antigos engenhos em sítios e chácaras para serem usadas como residências de veraneio pelos moradores da província (SILVA, 1996).

Assim, a suburbanização de Recife no começo de 1800 teve inicialmente caráter sazonal. Logo, os mais afortunados construíram grandes casarões nesses sítios situados perto das cidades e as margens do rio. Entretanto, esse cenário foi se transformando ao longo dos anos. Além da

progressiva fixação das famílias ricas nas cidades, popularizou-se algumas faixas de terras e foi possível que a população menos afortunada construísse pequenas casas de campo no subúrbio recifense.

Nos meados do século XIX, a abertura de estradas e melhoria nos transportes (com as charretes e carruagens transformando em coisas do passado as cadeirinhas e as redes transportadas por escravos) fez com que estes subúrbios fossem, paulatinamente, perdendo a característica de simples estações de veraneio e fossem constituindo em áreas de residência permanente. (SILVA, 1996, p. 25)

Com o aumento do estabelecimento da população em meio urbano ao decorrer do século, Recife foi novamente foco de diversas obras públicas, como reconstruções de pontes, encanamento para abastecimento de água, modernização da iluminação para um sistema a gás etc. As constantes melhorias de estrutura somadas à privilegiada situação geográfica portuária destacaram ainda mais a cidade como polo comercial da região nordeste do país.

Assim, o êxodo dos cidadãos livres para os centros urbanos foi acompanhado pela classe escrava a fim de ocupar os postos de trabalho necessários para o funcionamento e manutenção das cidades.

Ainda, a absorção do escravismo contemplava todas as camadas sociais. Sendo assim, até mesmo as famílias pobres possuíam pelo menos um ou dois escravos de ganho para prover o mínimo de rendimento para seu sustento. Portanto, possuir escravos era mais do que um símbolo de status, era questão de sobrevivência para alguns (SILVA, 1996).

Segundo Wellington da Silva (1996), a partir do crescimento da cidade, surgiram espaços alternativos para resistência escrava. Alguns deles conseguiam usar de artimanhas como mudar de nome ou se fingir de forro para integrar-se no mercado de trabalho como homens livres. Além disso, aos escravos de ganho existia a possibilidade de aproveitar-se da clientela já formada para tentar a vida como trabalhador livre. O autor afirma que a “economia do velho burgo portuário oferecia certas brechas para aqueles que procuravam se livrar dos grilhões da escravidão mesmo sem romper totalmente com o sistema” (SILVA, 1996, p. 32).

Fica evidente que a extrema dependência da mão de obra escrava não é exclusividade das áreas rurais. Em Recife, os cativos juntamente com alguns trabalhadores livres – no geral negros e pobres – exerciam múltiplos papéis na economia urbana. Essa progressiva mistura ao longo do século XIX de escravos e trabalhadores livres, pretos e pardos, dificultava a distinção social.

Assim, nos anos quarenta do mesmo século, a cidade de Recife abrigava “tanto uma numerosa escravaria quanto uma crescente e empobrecida população de cor livre” (SILVA, 1996, p. 40).

O Estado como papel de feitor dos ganhadores de rua, fiscalizava e controlava esta classe escrava que vivia longe da vigia dos seus senhores. Entretanto, com o aumento da dificuldade em distinguir os escravos da população livre, não conseguia por bem suceder na responsabilidade da posição. Situação que facilitava ainda mais aos escravos de ganho se integrarem na sociedade e por meios alternativos se transformarem em trabalhadores livres sem passar pela compra da alforria.

Já em 1850, a proibição do tráfico negreiro limitou as trocas internacionais e afetou a oferta de mão de obra em território nacional. Além disso, o contexto internacional apresentava constante aumento na demanda por mercadorias cuja produção se usava trabalho escravo, como por exemplo o açúcar e o café (VERSIANI; NOGUERÓL, 2016).

Assim, como a economia nacional era baseada na exportação de commodities, o crescimento da demanda internacional motivou o aumento do preço dos trabalhadores escravos e redirecionou a mão de obra cativa às zonas rurais.

O redirecionamento dos cativos para suprir a demanda dos produtores rurais diminuiu a oferta da mão de obra nas regiões urbanas. Assim, o preço do trabalho aumentou, resultando em uma valorização de mais de 100% no preço dos escravos até 1860 (SOARES, 1988).

Entretanto, em relação aos ganhadores de rua, a partir de 1860, os imigrantes portugueses firmaram concorrência nas vagas de trabalho na modalidade de ganho, então os pagamentos por esses serviços se estabilizaram nos anos posteriores (SOARES, 1988).

Porém, os trabalhadores livres imigrantes frequentemente rejeitavam serviços de transporte de carga, pois não queriam ser nivelados com escravos (SOARES, 1988). Assim, os ganhadores de rua assumiram a maioria dos trabalhadores no serviço de transporte de carga em todo o século XIX. E, apesar da concorrência dos imigrantes e dos escravos alforriados, os cativos de ganho permaneceram nas ruas de Recife até as vésperas da abolição, como parte essencial da força de trabalho urbana.

4 DADOS DE PERNAMBUCO

As análises sobre o regime escravista nacional eram predominantemente ensaísticas, de forma que a maioria dos trabalhos até os anos 1970 se baseavam em uma abordagem qualitativa da escravidão (VERSIANI; NOGUERÓL, 2016). Entretanto, a partir daí percebeu-se um aumento na produção e no levantamento quantitativo sobre o tema, a fim de explorar os dados para levantar novos aspectos do regime escravista (VERSIANI; NOGUERÓL, 2016). Além disso, a bibliografia existente sobre o tema focaliza as pesquisas majoritariamente no Rio de Janeiro e, portanto, deixam de lado outros grandes centros urbanos da época.

Como este trabalho tem como objetivo a apresentação de novos elementos da escravidão de ganho, foi utilizada uma das fontes de dados originárias do livro “Muitos Escravos, Muitos Senhores” (VERSIANI; NOGUERÓL, 2016) compostas por inventários *post-mortem* dos escravos de Pernambuco entre os anos 1800 a 1888. A base contém registros inventariados de 21.932 escravos, localizados dentre todas as regiões da província, sinalizando a cada um deles sua idade, raça, gênero, origem, atividade produtiva e preço.

Para melhor entendimento da distribuição espacial desses cativos, é importante constatar que no século XIX a província de Pernambuco era dividida em quatro regiões: “(...) a Zona da Mata, onde predominava a produção de açúcar; o Sertão, região de criação de gado; o Agreste, área intermediária entre a Mata e o Sertão, com propriedades em geral menores e produção diversificada; e a cidade do Recife.” (VERSIANI; NOGUERÓL, 2016, p. 55).

A seguir tem-se o mapa representando geograficamente estas macrorregiões nos anos de 1800. Segundo Moura (2005, p. 129), “O recorte geográfico é bastante agregado, dividindo Pernambuco nas regiões: Recife (numa área aproximadamente correspondente ao município atual), Zona da Mata, Agreste e Sertão (englobando as atuais macro-regiões do Sertão e do São Francisco)”.

Figura 5 - Macrorregiões pernambucanas no século XIX



Fonte: Um século de pernambucanos mal contados: estatísticas demográficas nos oitocentos, 2005

Segundo os inventários da amostra de dados utilizada neste trabalho, os cativos se dividiam entre estas regiões pernambucanas de modo que: 52,6% estavam na Zona da Mata; 22,2% em Recife; 16,4% no Agreste e 8,7% no Sertão.

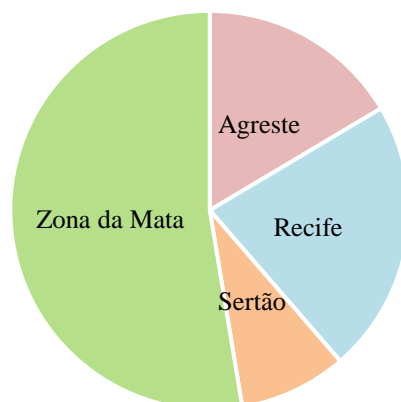


Gráfico 1 – Distribuição espacial da população escrava de Pernambuco, 1800 - 1888

É sabido que a escravidão de ganho foi um fenômeno urbano e, portanto, na província em questão se concentrou na cidade de Recife. Assim, após a definição do que eram os “escravos de ganho” e a apresentação da evolução da escravidão urbana em Recife, é importante analisar algumas questões: Qual a composição da população de ganhadores desta província? Qual as características deles? Qual é a origem deles? Há diferenças quantitativas desses pontos em diferentes períodos? Quais seriam as características do grupo social que explorava esse tipo de escravidão?

Entretanto, o desafio de trabalhar com dados é a acurácia deles e, quando se trata de informações de períodos longínquos, o problema se apresenta ainda maior com os erros de

registros e categorias incompletas. Portanto, como o ponto focal do trabalho é um tipo de escravidão categorizado por sua atividade produtiva, faz-se necessário o indicador preenchido no registro. Esta necessidade reduz a amostra em mais da metade, pois a classificação da atividade que exerciam é escassa. Os registros dos cativos que continham essa indicação representam 21,35% da amostra total, ou seja, somente 4.683 escravos possuem inventário constando com o trabalho que exerciam.

Além disso, como explicitado anteriormente no texto, havia uma enorme variedade de ofícios designados aos cativos. Os valores morais e a organização da sociedade da época foram propícios para que estes atuassem nas mais diversas atividades produtivas.

Utilizado inicialmente no campo, o trabalho escravo substituiu rapidamente as outras formas de trabalho e conquistou os vários setores da economia em certas partes do Novo Mundo. Expandiu-se com facilidade até atingir os centros urbanos, onde o escravismo acabou por dominar as relações de produção, constituindo-se na estrutura fundamental dessas sociedades. (ALGRANTI, 1988, p. 46-47)

Portanto, devido à vasta diversidade de ocupações, foi necessário um agrupamento destes trabalhos por meio de categorias. Assim, os cativos que possuíam em seus registros a descrição de suas atividades foram divididos em grupos de A a F descritos a seguir na tabela.

Tabela 1 – Categorias produtivas da população escrava de Pernambuco, 1800 - 1888

Categorias			Descrição de atividades
Rurais	Não qualificados	A	Serviço de enxada
	Qualificados	B	Carreiro, cargueiro, feitor, ferrador, mestre de açúcar, purgador, vaqueiro...
Domésticos	Não qualificados	C	Serviço de casa
	Qualificados	D	Camareiro, costureiro, cozinheiro, engomadeira, lavadeiro, mucama, rendeira...
Artesãos		E	Alfaiate, barqueiro, boleiro, cabelereiro, canoeiro, carpinteiro, cavaliço, envernizador, enfermeira, empalhador, funileiro, marceneiro, pedreiro, pescador, tanoeiro...
Ganhadores		F	Serviço de rua

Fonte: Prof. Dr. José Raimundo Oliveira Vergolino, 2000-2005

O grupo A consiste em trabalhadores rurais não qualificados e pertence a categoria majoritária representando 38,6% dos cativos desta subamostra. O grupo B contém os trabalhadores rurais qualificados, que juntos somam 6% do total. O grupo C é o de trabalhadores domésticos não qualificados, que correspondem a segunda maior categoria com 31,3% do total de

cativos. O grupo D é o de trabalhadores domésticos qualificados e representam 6,3% dos escravos. Em terceiro lugar na escala de tamanho está o grupo E, que eram os artesãos, eles somavam a quantia de 12,5% no total. A última categoria em citação e tamanho é o grupo F. Os escravos de ganho representavam 4,6% do total da mão de obra categorizada.

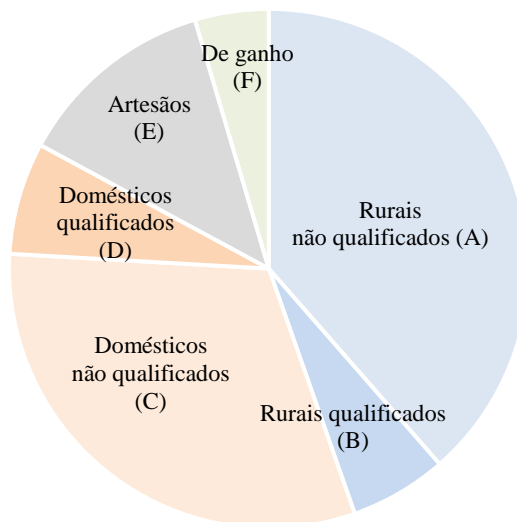


Gráfico 2 – Distribuição das atividades produtivas da população escrava de Pernambuco, 1800 - 1888

Como foi explicitado que a escravidão de ganho se concentrou na cidade de Recife, é importante perceber as particularidades de sua economia. A começar pela grande amplitude da atuação escrava na cidade: tem-se todos os tipos de trabalhadores escravos exercendo suas atividades em meio urbano. Entretanto, como no resto da província, o centro comercial de Pernambuco sentiu os reflexos de mudanças do cenário econômico nacional e internacional em meados do século XIX.

Explicou-se no terceiro capítulo deste trabalho as consequências da proibição do tráfico negreiro e do aumento da demanda internacional por mercadorias produzidas em território nacional pela mão de obra escrava. Esses dois fatores alteraram a dinâmica escrava da época.

Portanto, devido a mudança na conjuntura nacional, faz sentido usar o ano de 1850 como divisor temporal na análise dos dados. Assim, se considerarmos uma divisão entre o período de 1800 a 1849 e o período de 1850 a 1888, podemos observar algumas mudanças entre as porcentagens destes dois intervalos.

Além disso, em contraste ao ocorrido na virada do século XVIII para XIX, houve a partir de meados dos Oitocentos uma progressiva substituição da mão de obra escrava nas cidades por trabalhadores livres, que eram em sua maioria escravos alforriados ou fugidos. Pois, como o número de homens livres de cor aumentava, os escravos foragidos conseguiam se movimentar dentro da economia urbana e integravam-se com facilidade ao mercado de trabalho livre (SILVA, 1996).

É possível perceber com base na amostra que Recife passou por algumas mudanças de um período para o outro. Na segunda metade do século a cidade apresentou a quantidade de um pouco mais de 50% da sua mão de obra cativa como domésticos não qualificados. Em suma, a porcentagem de cativos que exerciam serviços rurais e domésticos não qualificados aumentou em proporção aos serviços qualificados no segundo período.

Os inventários evidenciam ainda que, dentre a população que continha o registro da sua atividade produtiva, ocorreu uma diminuição significativa dos escravos de ganho em proporção ao número total desta população. Os ganhadores de rua representavam 12% do total na primeira metade do século XIX, mas na segunda metade o número caiu para 7% do total.

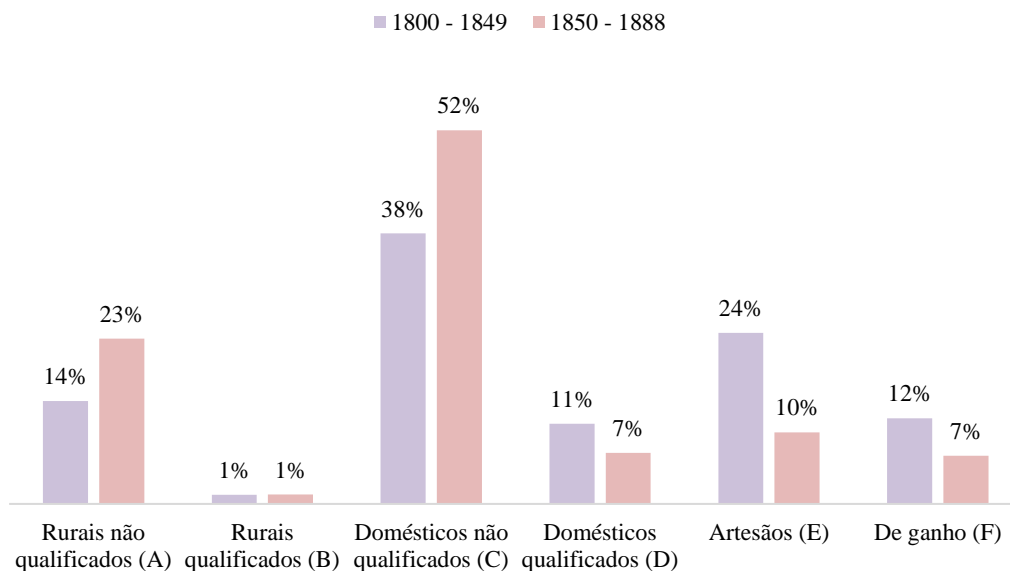


Gráfico 3 – Distribuição das atividades produtivas na cidade de Recife por períodos, 1800 - 1888

Apesar destas tendências apresentadas anteriormente, em termos absolutos na amostra a população escrava duplicou de um período para o outro na cidade de Recife. Os cativos que

exerciam atividades rurais não qualificadas e domésticas não qualificadas triplicaram de quantidade. E os ganhadores de rua cresceram 14% em termos absolutos.

Foi demonstrado anteriormente que ao longo do século XIX houve uma fixação da população livre nas cidades. Então, o aumento da presença dos cidadãos nos centros urbanos influenciou os números absolutos da amostra. Portanto, por mais que a quantidade de escravos tenha aumentado, em termos proporcionais nota-se a mudança do caráter laboral da mão de obra cativa presente na cidade.

Paralelo a isso, é importante analisar a questão do gênero. Ao contrário do que foi encontrado na bibliografia pesquisada – que afirma majoritariamente que há significativa disparidade na quantidade de escravos homens quando comparado as mulheres -, foi notado na amostra utilizada uma homogeneidade nessa questão.

No total de cativos da base de dados, 45,45% são mulheres e 54,41% homens. Essa proximidade é percebida também nas regiões, pois foram apresentados bem divididos o número de mulheres e homens em todas elas. Porém, quando analisamos por atividade encontramos algumas diferenças.

O grupo F, que é o ponto focal da pesquisa, apresenta uma disparidade de gênero significativa. Foi observado nos dois períodos uma proporção similar entre os ganhadores de rua na cidade de Recife, em que aproximadamente 2/3 eram homens e 1/3 eram mulheres.

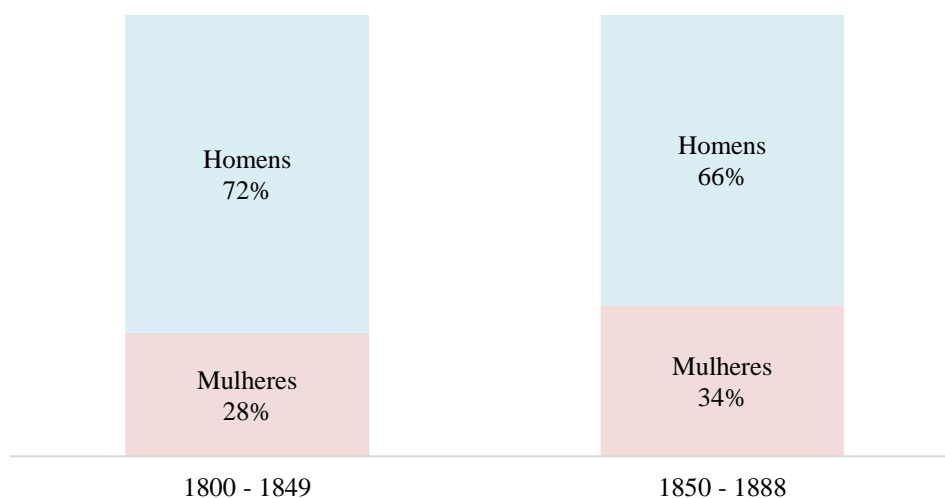


Gráfico 4 – Distribuição de gênero dos escravos de ganho em Recife, 1800 - 1888

O grupo de escravos rurais não qualificados (A) na cidade de Recife segue próximo a proporção observada do grupo de ganhadores de rua. Porém, quando é analisado o grupo de domésticos não qualificados (C), a situação se inverte e apresenta um número de quase 2/3 de escravas mulheres.

É possível concluir que “os escravistas não eram indiferentes ao sexo dos trabalhadores escravizados” (VERSIANI; NOGUERÓL, 2016, p. 304). Então, por mais que de maneira geral a disparidade não tenha sido observada, quando é feita a análise dividida por atividades produtivas os dados mostram que havia funções que eram dominadas por homens e outras por mulheres.

Para analisar se havia diferença de preço entre os gêneros fez sentido também dividir o estudo nestes dois períodos. Em 1800 a 1849, as escravas de ganho na cidade de Recife eram vendidas em média por 252 mil-réis enquanto os escravos homens eram vendidos em média por 292 mil-réis.

Já no período seguinte, de 1850 a 1888, os preços médios mais que dobraram, apresentando uma média de 547 mil-réis para as mulheres e 819 mil-réis para os homens. Este período apresentou uma diferença de quase 50% a mais nos preços dos escravos de ganho homens em relação aos preços das mulheres.

Então, além dos ganhadores de rua serem em grande maioria homens, em uma situação de escassez em meio urbano, como no segundo período exposto, eles eram mais valiosos para o mercado, apresentando uma disparidade de preço expressiva. A seguir é representado graficamente a comparação de preço dos homens e mulheres ganhadores de rua no século XIX em Recife.

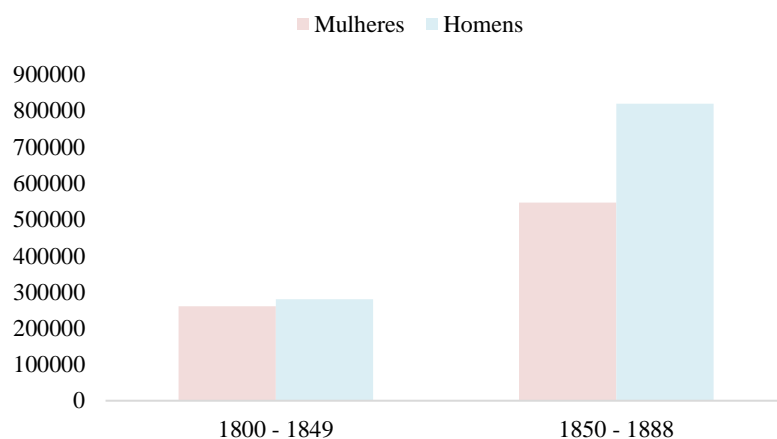


Gráfico 5 – Média de preço dos escravos de ganho por gênero e período em Recife, 1800 - 1888

Comparando os preços dos escravos de ganho com o preço médio geral da subamostra de escravos categorizados fica perceptível a diferença entre eles. No primeiro período, os ganhadores de rua homens eram 34% mais caros do que o total de homens escravos, que apresentavam um preço médio de 207 mil-réis. As escravas de ganho mulheres eram 30% mais caras que a média geral de mulheres escravas, que era de 200 mil-réis.

No segundo período, os homens de ganho eram somente 9% mais caros que a média de preço do total de homens escravos, que era de 751 mil-réis. Porém, as mulheres de ganho sofreram uma desvalorização proporcional maior ainda, pois a média geral de preço era de 634 mil-réis e correspondia a 16% a mais do que a média do preço das ganhadoras.

É curioso notar que mesmo com a mudança de cenário de um período para o outro a média geral de preço dos ganhadores de rua ainda se apresentava levemente maior no segundo período (em torno de 4%) do que a média de preço do total de escravos da amostra, que era 695 mil-réis.

Ademais, além do fator de gênero é possível analisar também a questão de idade. E para isso os dados foram divididos em três faixa etárias: menores de 18 anos, entre 18 a 30 anos e maiores de 30 anos. O total de escravos se dividiram em média 30% em cada faixa etária. Além disso, a média de idade do total de escravos em Recife de ambos os sexos era de 32 anos.

Entretanto, quando os dados são filtrados para somente o grupo F novamente os resultados mudam. Os escravos de ganho eram majoritariamente maiores de 30 anos: 57,7% deles pertenciam a este grupo. Os ganhadores de 18 a 30 anos representavam 36,3% do total e os menores de 18 anos representavam 4,2% do total. Ainda, a média de idade para os ganhadores era de 33 anos quando homens e 39 anos quando mulheres.

Então, pode se concluir que aqueles que trabalhavam com serviços de rua eram em sua maioria escravos com idade mais avançada. Este fator pode ser interpretado como indicador de que os senhores designavam a atividade de ganho aos seus escravos mais experientes ou até mesmo aos mais confiáveis.

No primeiro período analisado novamente não foi possível notar diferença de preço entre as faixas etárias, apresentando um valor médio em torno de 300 mil-réis por escravo. Porém, no período de 1850 a 1888, é possível ver uma valorização significativa.

Os escravos de ganho menores que 18 anos valiam em média 725 mil-réis, enquanto o grupo que tinha entre 18 a 30 anos, que era o mais caro do período, valia em média 981 mil-réis e o grupo de maiores de 30 anos era o mais barato e valia em média 615 mil-réis.

É importante recordar que a maioria dos escravos nesse período se encontravam na última faixa etária citada, portanto a oferta mais alta de cativos do grupo pode ter contribuído com a diminuição do preço médio. Vale ressaltar que fatores como longevidade e condicionamento físico são afetados pela idade e, por isso, podem ter contribuído para a desvalorização do preço médio.



Gráfico 6 – Distribuição do preço por gênero e idade dos escravos de ganho em Recife, 1800-1849



Gráfico 7 – Distribuição do preço por gênero e idade dos escravos de ganho em Recife, 1850-1888

Além disso, é curioso notar que o preço médio das escravas de ganho aparece maior que os dos homens em apenas uma situação no gráfico acima: ganhadores de rua abaixo de 18 anos. O resultado foi influenciado pela baixa quantidade de inventários da amostra, sendo esse preço médio formado por apenas uma escrava. Assim, não se pode afirmar um padrão entre os preços médios deste grupo.

Ademais, quanto a nacionalidade da população cativa de Recife tem-se números interessantes. O século XIX já apresentava uma quantidade considerável de escravos que haviam nascido no país, cerca de 61% dos escravos que possuíam a indicação de nacionalidade preenchida em seus inventários eram nascidos no Brasil e 39% eram nascidos na África.

Entretanto, quando relativo aos ganhadores de rua a situação se inverte frente ao cenário total da cidade: 34% possuíam nacionalidade brasileira e 66% possuíam nacionalidade africana. Não é clara a razão da aparente preferência dos senhores aos escravos africanos na designação do serviço de ganho, mas é possível supor que alguma característica dos cativos nascidos na África era benquista para esta modalidade. A questão fica ainda mais evidente quando a análise é separada entre os dois períodos, como é representada no gráfico a seguir.

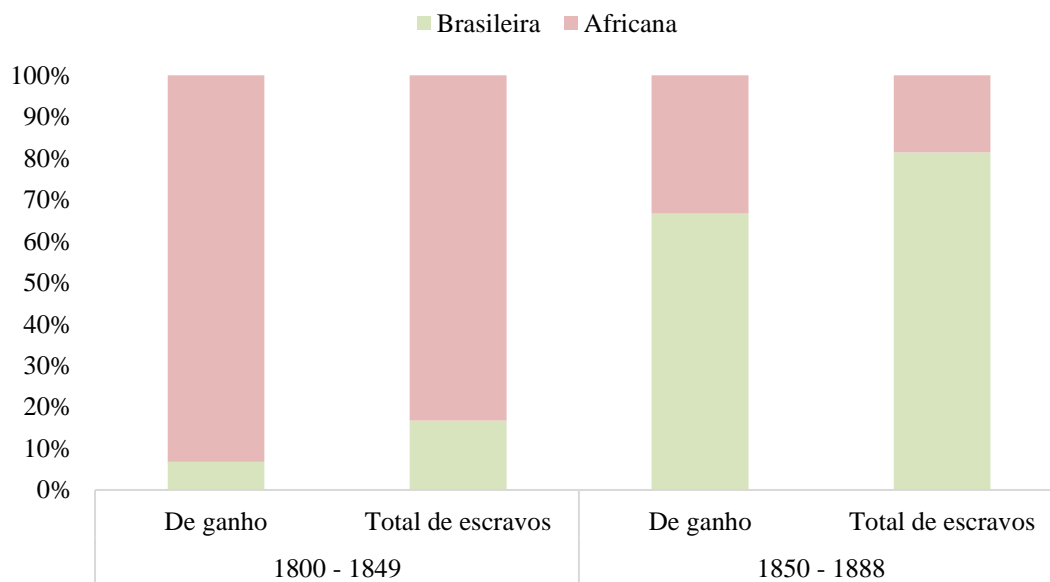


Gráfico 8 – Distribuição da nacionalidade dos escravos de ganho em comparação com a de todos os escravos em Recife, 1800 – 1888

Foi apresentado anteriormente que a maior parte dos escravos de ganho foram empregados no serviço de transporte de carga (SOARES, 1988). Logo, uma importante hipótese para explicar a preferência pela nacionalidade africana na designação do ganho é o fato de que a função de transporte exigia bastante força física e pouco importava conhecimentos da língua e cultura brasileira.

Além disso, independente da nacionalidade, é observada grande pluralidade em etnias escravas na amostra total. Foi possível identificar vinte e uma categorias étnicas, que foram separadas em três grandes grupos. Dentre os que possuíam seu grupo cultural registrado em seu inventário: 63,8% era do grupo Banto, 22% do grupo Sudanês e 14,2% eram considerados etnicamente brasileiros.

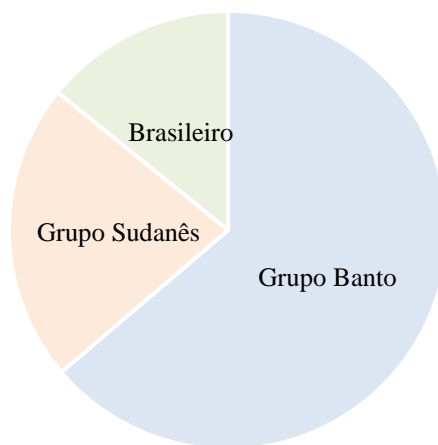


Gráfico 9 – Distribuição dos grupos étnicos dos escravos de ganho em Recife, 1800 - 1888

A tabela a seguir descreve como foram separados esses grupos entre os países de origens dos escravos.

Tabela 2 – Países correspondentes aos grupos étnicos dos escravos em Recife, 1800 - 1888

Grupo Étnico	Países de origem
Grupo Banto	Angola, Congo, Benguela, Moçambique, Angico, Cassanje, Monjolo e São Tomé
Grupo Sudanês	Nago, Gegê, Mina, Calabar, Benin, Cabo Verde, Guiné, Fula, Malê e da Costa
Grupo Brasileiro	Brasil

Fonte: Prof. Dr. José Raimundo Oliveira Vergolino, 2000-2005

Os escravos de ganho pernambucanos foram identificados em nove dessas etnias advindas da África no século XIX. Após observar o gráfico a seguir, é possível perceber que a maioria dessa população etnicamente africana de ganhadores de rua em Recife era originária da Angola.

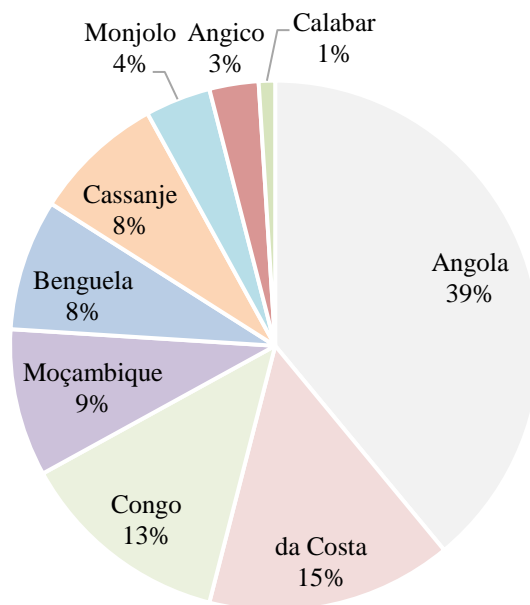


Gráfico 10 – Distribuição de países de origem dos escravos de ganho em Recife, 1800 - 1888

Essa discrepância de percentual de escravos com etnia angolana é ainda maior quando observado junto ao total de escravos de Recife. A seguir é representado no gráfico a comparação étnica da população total de escravos com os ganhadores de rua no século XIX.

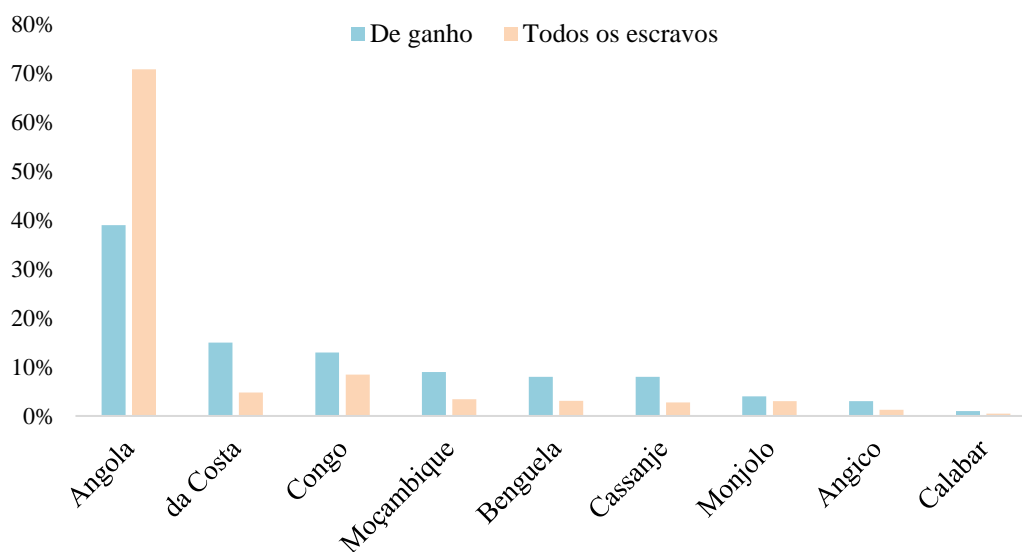


Gráfico 11 – Comparação étnica da população total de escravos com os de ganho, 1800 - 1888

Há na bibliografia estudada indagações sobre a possível correlação econômica Angola-Brasil da época. Alguns autores estudam a conexão das decisões comerciais entre os dois países. Por isso, Versiani e Noguéról (2016, p. 257) apontam que “Miller (1986) estudou os movimentos de preços de escravos em Angola, e verificou que tinham relação com os ciclos de crescimento das exportações brasileiras”. Pois, como a mão de obra escrava advinha majoritariamente do país, é possível entender que a Angola sentia os reflexos da situação econômica brasileira.

Finalmente, para completar o estudo sobre os ganhadores de rua, é importante entender quem eram tipicamente os exploradores destes escravos. Não existem elementos diretos na amostra que possam responder de forma objetiva esta questão. Porém, há nos inventários o indicador de quantos escravos por plantel possuía o proprietário do cativo inventariado (o “plantel” ou a “posse” são termos utilizados para se referirem a um conjunto de escravos pertencentes ao mesmo proprietário).

Com isso, é possível utilizar o indicador como medida de riqueza, o que viabiliza a ponderação das características do grupo social que explorava os ganhadores de rua. Portanto, analisando a média do número de escravos por plantel de cada região por período tem-se os dados da tabela a seguir.

Tabela 3 – Comparativo por região de média do número de escravos por plantel, 1800 - 1888

Região \ Período	1800 - 1849	1850 - 1888
Agreste	71	12
Recife	12	10
Sertão	15	15
Zona da Mata	92	38

Fonte: Prof. Dr. José Raimundo Oliveira Vergolino, 2000-2005

Quando os dois períodos são comparados é possível notar uma expressiva diminuição no número médio de escravos por plantel das regiões do Agreste e Zona da Mata, entretanto nota-se números quase constantes desta média em Recife e no Sertão. A julgar pela amostra, após os anos 1850, pode se considerar que o escravo típico de Pernambuco fazia parte de planteis pequenos (VERSIANI; NOGUERÓL, 2016).

Quando o estudo foi restringido para a cidade de Recife, é notória uma pequena diminuição da dimensão desses planteis. Esse fator evidencia que os proprietários de escravos da

cidade nos dois períodos possuíam um menor poder aquisitivo em comparação aos da Zona da Mata.

Ademais, dentro do centro urbano é possível perceber as discrepâncias da riqueza dos proprietários de escravos rurais aos donos de escravos que exerciam outras funções. Estas diferenças socioeconômicas retratam o cenário de concentração de poder na mão dos senhores de engenhos e latifundiários. A seguir tem-se a tabela comparando as médias de escravos por plantéis divididos por atividades em Recife.

Tabela 4 – Comparativo por atividade da média do número de escravos por plantel em Recife, 1800 - 1888

Atividade \ Período	1800 - 1849	1850 - 1888
Rurais não qualificados (A)	17	15
Rurais qualificados (B)	12	14
Domésticos não qualificados (C)	8	7
Domésticos qualificados (D)	12	9
Artesãos (E)	11	9
De ganho (F)	8	8

Fonte: Prof. Dr. José Raimundo Oliveira Vergolino, 2000-2005

O número médio no caso dos ganhadores de rua na cidade de Recife era de 8 escravos por plantel em ambos os períodos. Utilizando o indicador como medida de riqueza, é presumível que os proprietários de escravos das categorias C e F eram em média mais pobres do que os restantes.

Entretanto, é importante notar que possuir oito escravos no primeiro período não é o mesmo que possuir oito escravos no segundo período. Com o aumento do preço dos escravos em geral, é possível afirmar que a condição financeira média dos proprietários de ganhadores de rua aumentou.

A estrutura de posse de escravos na cidade de Recife pode ser entendida em termos de frequência que as quantidades de escravos por plantel se apresentavam. A seguir foi criada uma tabela com estas frequências definidas em intervalos para viabilizar a percepção da dimensão dos planteis de escravos de ganho e comparar com os escravos totais da amostra.

Tabela 5 – Comparativo das quantidades de escravos por plantel entre os proprietários de escravos de ganho e os proprietários de todas as modalidades de escravos em Recife, 1800 - 1888

Escravos por plantel	1800 - 1849		1850 - 1888	
	De ganho	Geral	De ganho	Geral
1	5%	3%	6%	7%
2 a 5	36%	34%	44%	38%
6 a 10	35%	29%	33%	27%
11 a 20	18%	21%	8%	18%
21 a 40	5%	11%	9%	9%
41 a 55	0%	2%	0%	1%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Prof. Dr. José Raimundo Oliveira Vergolino, 2000-2005

Fica evidente que tanto no caso dos ganhadores de rua como para o geral, os planteis que possuíam entre 2 a 5 escravos aparecem com maior frequência na amostra. Portanto, a dimensão relativamente pequena dos planteis não era exclusividade dos proprietários de escravos de ganho, sendo bastante comum na cidade de Recife em todas as categorias de atividades escravas.

Ademais, nota-se que no segundo período houve diminuição na quantidade de escravos por plantel também nos dois casos. Fato evidenciado anteriormente no texto, foi influenciado pela mudança do cenário econômico dos últimos anos do Brasil escravocrata.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho estudou os ganhadores de rua de Recife no século XIX. O texto foi construído através da relação histórica e econômica da cidade com a escravidão, destacando o papel dos escravos de ganho no processo de desenvolvimento urbano.

O crescimento das cidades no Brasil Colônia pode parecer um fenômeno secundário e, por isso, é muitas vezes deixado de lado pela literatura. Entretanto, a evolução comercial e estrutural urbana foi essencial para o progresso do país.

Embora o sistema colonial escravista visasse a produção para o mercado externo, o que impunha uma vida essencialmente agrícola, as cidades adquiriram uma função de administração e escoamento dos produtos do campo, imprescindível para o funcionamento do sistema. (ALGRANTI, 1988, p. 202)

A autora complementa que o escravismo era elemento essencial no mundo urbano. E, como haviam necessidades diferentes das áreas rurais, as atividades escravas na cidade eram voltadas principalmente para a produção de bens e prestação de serviços.

Através da compreensão das várias formas de trabalho escravo desenvolvidas no meio urbano (o ganho, aluguel, trabalho doméstico ou mecânico) procuramos demonstrar que a vida dos escravos, e o próprio sistema, sofriam transformações na cidade. (ALGRANTI, 1988, p. 203)

Os ganhadores de rua foram um tipo específico de escravidão usualmente encontrados em países da América Latina e apresentou novos ângulos para o sistema escravista na vida urbana. Nascido com a intenção de diversificar os meios de exploração, os escravos de ganho se tornaram uma alternativa benéfica tanto para seus senhores como para os próprios trabalhadores.

Segundo Marilene Rosa da Silva (1988), essa nova face da escravidão limita os poderes dos proprietários, transferindo-os para o Estado. Assim, o escravo de ganho deixava de ser propriedade privada e se tornava uma propriedade pública, possibilitando intervenção do Estado na dinâmica de suas relações.

A autora afirma que “A escravidão ao ganho propiciou elementos de transição para o capitalismo, favorecendo o surgimento de uma mão-de-obra treinada, de uma classe de proprietários de renda média e de formas intermediárias de “salário”.” (SILVA, 1988, p. 158).

O Brasil possuía três grandes centros comerciais no século XVIII e XIX: Salvador, Recife e Rio de Janeiro. Entretanto, as pesquisas focam majoritariamente o estudo na cidade do Rio. Por

isso, é interessante o estudo dessa forma de escravidão em Recife, pois possibilita a percepção das peculiaridades da cidade que era centro comercial da província de Pernambuco.

São muitos os tipos de exploração instituídos nas regiões do Brasil escravocrata e, mesmo quando analisamos apenas a região pernambucana, há disparidades ecológicas, climáticas e históricas, que explicam a adoção de diferentes atividades econômicas. A urbanização de Recife ao longo dos séculos, acompanhando sua evolução histórica, permite entender a dinâmica socioeconômica instituída.

A escravidão de ganho teve um papel importante no progresso das formas de trabalho recifense, pois alterou a dinâmica engessada do sistema escravocrata característico do ambiente rural. Além disso, aumentou a circulação e a sociabilidade dos escravos. A maior liberdade desses cativos foi importante para a luta contra o sistema, com a participação social em protestos e conversas cotidianas, e para a luta pela sobrevivência, com o acesso a informações e oportunidades.

Ademais, criou-se a possibilidade de renda de reinvestimento aos proprietários de cativos. O escravo de ganho virou uma importante fonte de renda entre os cidadãos de Recife, principalmente às famílias pobres e de renda média que dependiam do valor proporcionado pelo trabalho deles.

A expansão comercial pernambucana foi auxiliada pela existência da escravidão urbana. Estes escravos eventualmente evoluíram para trabalhadores livres já qualificados por atividades exercidas anteriormente.

Entretanto, é evidente que o que caracterizou a escravidão no Brasil foi mesmo a escravidão rural. Em termos numéricos, é possível perceber a discrepante dimensão da importância da atividade agrária no país e, por isso, é notável a prioridade que a mão de obra escrava possuía no campo em detrimento do ambiente urbano.

A existência da escravidão de ganho não foi um fator determinante que modificou a estrutura escravista brasileira. Os escravos de ganho existiam provavelmente desde o século XVI, sem jamais pôr em risco a escravidão por meio de qualquer ruptura. Entretanto, no século XIX, que ocorreram diversas revoluções, a escravidão em geral e a de ganho, em particular, desestabilizaram a sociedade escravista. É possível concluir então que a época, não a atividade em si, teria posto em risco as instituições fundamentais do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALGRANTI, Leila M. **O feitor ausente**. RJ: Vozes, 1988.
- BRUSANTIN, Beatriz. PONTES, Rebeca C. **Mundo do Trabalho escravo em Pernambuco (século XIX)**. XXVII Simpósio Nacional de História. Rio Grande do Norte. 2013.
- CABRAL, Flávio José G. COSTA, Robson. **História da Escravidão em Pernambuco**. PE: EDU-UFPE, 2012.
- CARVALHO, Marcus J. M. **Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo no Recife, 1822-1850**. Ed. 2. PE: EDU-UFPE, 2010.
- COSTA, Marcos. **A história do Brasil para quem tem pressa**. Ed. 1, RJ: Valentina, 2016.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. SP: Dominus USP, 1965.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Ed. 14. SP: Editora Nacional, 1976.
- GENESTRA, Cinthia B. F. **A atuação dos escravos de ganho na organização da cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX**. Revista Para entender a história... ISSN 2179-4111. Ano 2, Volume jan., Série 11/01, 2011, p.01-11.
- HOLANDA, Sérgio B. de. **Raízes do Brasil**. SP: Companhia das Letras, 2014.
- KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)**. SP: Companhia das Letras, 2000.
- LUNA, Francisco. KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. Ed 1. SP: EDUSP, 2010.
- MOURA FILHO, Heitor P. de. **Um século de pernambucanos mal contados. Estatísticas demográficas nos oitocentos**. Dissertação de Mestrado. RJ: UFRJ/IFSC, 2005.
- SILVA, Wellington B. da. **“A cidade que escraviza, é a mesma que liberta...”: estratégias de resistência escrava no Recife do século XIX, 1840-1850**. Dissertação de Mestrado. UFPE, 1996.
- SILVA, Marilene R. N. da. **Negro na Rua: a nova face da escravidão**. SP: HUCITEC, 1988.
- SOARES, Luiz Carlos. **Os Escravos de Ganho no Rio de Janeiro do Século XIX**. Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 8 n. 16, mar. 1988.
- VERSIANI, Flávio R. NOGUERÓL, Luiz Paulo F. **Muitos escravos, muitos senhores: escravidão nordestina e gaúcha do século XIX**. Ed. 1. DF: EDU-UnB, 2016.